

Fantias da igualdade: uniformes escolares e democratização no Brasil¹

Fantasies of equality: school uniforms and democratization in Brazil

Disfraces de igualdad: uniformes escolares y democratización en Brasil

KATIENE NOGUEIRA DA SILVA²; DENICE BARBARA CATANI³

Resumo

O artigo examina as diferentes configurações das práticas de uso dos uniformes escolares no período de 1948 a 1971, no caso brasileiro. Despertando os mais diversos sentimentos, pretendendo “apagar as diferenças” sócio-econômicas evidenciadas pelas roupas e tentando tornar “todos iguais” mediante a obrigatoriedade de um único tipo de vestuário, os uniformes escolares foram motivo de orgulho, de intimidação ou sinal de distinção. No período demarcado, artigos publicados em periódicos educacionais evidenciavam as dificuldades que as famílias mais pobres enfrentavam para conseguir manter os filhos na escola devido às exigências materiais que eram feitas, entre elas, a própria obrigatoriedade dos uniformes. No final dos anos de 1950, a São Paulo Alpargatas S. A. começou a produzir calçados de material sintético, que eram vendidos a preços inferiores aos convencionais sapatos de couro. Afirmava-se que a iniciativa ressolveria o “problema” daqueles dias de “vida cara” uniformizando os “pés da classe”.

Palavras-chave: uniformes escolares – democratização do ensino – práticas escolares – periódicos educacionais – cultura escolar

¹ Texto escrito a partir do material básico que foi coletado para a dissertação “Criança Calçada, Criança Sadia!”: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970), 2006/FEUSP, de Katiene Nogueira da Silva, e serviu também para alguns desenvolvimentos na tese Do controle das paixões à maestria de si: um estudo acerca das práticas e das representações de moralização na escola pública paulista (1948-1978), 2011/FEUSP, ambos orientados por Denice Barbara Catani.

² Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), com período sanduíche no *Institut National de Recherche Pédagogique*, em Paris, França, e estágio de pós-doutorado realizado na Feusp. Professora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da FEUSP. E-mail: katiene_ns@hotmail.com

³ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professora Livre-Docente e Titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição. Pesquisadora na área de História da Educação e Formação de Professores. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. E-mail: dbcata@usp.br

Abstract

The article examines the different configurations of the school uniforms use practices in the period 1948-1971, in Brazil. Awakening the most diverse sentiments, intending to "clear differences" socio-economic evidenced by the clothes and trying to make "all the same" by the requirement of a single type of clothing, school uniforms were a source of pride, of intimidation or sign of distinction. In marked period, articles published in educational journals evidenced the difficulties that the poorest families faced to be able to keep their children in school due to the demands materials that were made, among them, the very requirement of uniforms. In late 1950, the São Paulo Alpargatas S. A. began producing footwear made of synthetic material, which were sold at prices lower than conventional leather shoes. It stated that the initiative would solve the "problem" of those days of "high cost of living" standardizing "feet of the class."

Keywords: school uniforms - democratization of education - school practices - educational periodicals - school culture

Resumen

El artículo examina las diferentes configuraciones de las prácticas de uso de los uniformes escolares en el periodo de 1948 a 1971, en el caso brasileño. Despertando los más diversos sentimientos, pretendiendo “borrar las diferencia” socio-económicas evidenciadas por las ropa e intentando tornar a “todos iguales” mediante la obligatoriedad de un único tipo de estuario, los uniformes escolares fueron motivo de orgullo, de intimidación o señal de distinción. En el periodo demarcado, artículos publicados en periódicos educativos evidenciaban las dificultades que las familias más pobres enfrentaban para conseguir mantener a los hijos en la escuela debido a las exigencias materiales que eran hechas, entre ellas, la propia obligatoriedad de los uniformes. En el final de los años de 1950, la São Paulo Alpargatas S. A. comenzó a producir calzados de material sintético, que eran vendidos a precios inferiores a los convencionales zapatos de cuero. Se afirma que la iniciativa resolvería el “problema” de aquellos días de “vida cara” uniformizando los “pies de la clase”.

Palabras-Clave: uniformes escolares- democratización de la enseñanza- prácticas escolares- periódicos educativos- cultura escolar.

Recebido em: agosto de 2015

Aprovado para publicação em: novembro 2015

Não havia acomodação possível na cama, eu me virava de um lado para o outro. Quem seriam os meus colegas naquela escola distante? Como seriam os meus professores? Quando veio, por fim, o sono chegou carregado de pesadelos. Num deles, fui impedido de entrar na escola pelo inspetor da disciplina. Quis argumentar que estava uniformizado e que ainda não havia batido o sinal, mas ele apontou para os meus pés. Eu estava calçando uns ridículos sapatos vermelhos. Acordei sobressaltado e fui à cozinha beber água.(...) Examinei as peças do uniforme.(...) Quando saí à rua, senti que gotas incômodas desciam do meu cabelo molhado e se enfiavam pelo colarinho da camisa branca. Mais uma vez conferi os pés: felizmente, estava calçando os sapatos regulamentares, lustrosos, e não os do pesadelo.

(CAZARRÉ, L.,2002, p. 57)

Igualdade, diferença, reconhecimento, indiferença e distinção são práticas e valores que historicamente impregnaram a vida escolar. As formas pelas quais os alunos vivem experiências relacionadas a estas dimensões e aos modos pelos quais as instituições organizam-se em torno desses valores associa-se às características da justiça (ou injustiça) predominantes nas relações entre alunos, professores e outros agentes das escolas. Pierre Bourdieu (1930-2002), para quem a educação foi questão muito importante, de vida e de ciência, relata em seu Esboço de auto-análise (2010) o aprendizado da diferença social nos primórdios de sua vida escolar, nas relações entre professores e alunos. A propósito diversos estudos já têm sido feitos, mas a multiplicidade das instâncias nas quais podem se instaurar as práticas discriminadoras na vida escolar parecem sempre nos alertar para a complexidade das relações que aí se estabelecem. Nesse quadro, os modos de vestir dos alunos enquanto práticas relacionadas às condições de permanência na escola, à disciplina, à moralização e à organização do espaço escolar participam desta complexidade. Pertencentes à cultura desta instituição, marcas de um lugar nos indivíduos e marcando os indivíduos em um lugar, os uniformes escolares acompanham a infância e a adolescência dos estudantes, evidenciando materialmente tal condição. Eles permanecem na memória dos tempos de escola de grande parte dos adultos. Pretende-se examinar aqui as diferentes configurações da questão no período de 1948 a 1971, no caso brasileiro. Despertando os mais diversos sentimentos, pretendendo “apagar as diferenças” sócio-econômicas evidenciadas pelas roupas e tentando tornar “todos iguais” mediante a obrigatoriedade de um único tipo de vestuário, os uniformes escolares foram motivo de orgulho, de intimidação ou sinal de distinção. Além disso, tiveram implicações políticas importantes uma vez que a obrigatoriedade de seu uso estava associada à questão do acesso à escola. No período demarcado, artigos publicados em periódicos educacionais evidenciavam as dificuldades que as famílias mais pobres enfrentavam para conseguir manter os filhos na escola devido às exigências materiais que eram feitas, entre elas, a própria obrigatoriedade

dos uniformes. Assim, é que se pode entender a iniciativa da São Paulo Alpargatas S. A. que, no final dos anos de 1950, começou a produzir calçados de material sintético, que eram vendidos a preços inferiores aos convencionais sapatos de couro. Afirmava-se que a iniciativa resolveria o “problema” daqueles dias de “vida cara” uniformizando os “pés da classe”.

A moda e os uniformes

A moda sendo tratada enquanto objeto de estudo é vista com legitimidade há pouco tempo. A tese de doutorado de Gilda de Mello e Souza, intitulada **A moda no século XIX**, por exemplo, defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1952, é considerada uma das pesquisas pioneiras acerca do tema no Brasil. Convém lembrar que a hierarquia dos objetos legítimos ou indignos de serem estudados é uma das mediações através das quais é imposta a censura específica de um campo determinado (BOURDIEU, 1983). A respeito desta questão, o autor afirma: “a definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso” (op. cit., p. 35). A moda foi um desses casos. Julgada por sua suposta futilidade, ela foi considerada indigna de merecer estudos científicos. Segundo o autor, o campo dos objetos de pesquisa nas ciências humanas tende a organizar-se segundo duas dimensões independentes: o grau de legitimidade e o grau de prestígio. A oposição entre as duas dimensões é fruto da aplicação de critérios dominantes “que determinam graus de excelência no interior do universo das práticas legítimas”. (op. cit., p. 36) A questão das roupas, dos uniformes e da moda lentamente pôde adentrar o cenário dos objetos dignos de atenção científica. Sabe-se que hoje são eles bastante estudados e há produção significativa de análises a respeito. Ainda assim, compreender que e como durante algum tempo a questão foi menosprezada pode auxiliar no entendimento da organização dos espaços científicos. Vale recorrer às observações de Bourdieu.

A estrutura do campo é um “estado” da relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na distribuição do capital específico acumulado. O capital específico vale em relação a um certo campo, não se aplicando a outros. A propósito, Bourdieu cita o seguinte caso:

Basta por exemplo pensar no fracasso de Cardin quando ele quis transferir para a alta cultura um capital acumulado na alta costura: o último dos críticos de arte teve que afirmar sua superioridade estrutural como membro de um campo estruturalmente mais legítimo, dizendo que tudo o que Cardin fazia em matéria de arte legítima era detestável, impondo assim ao seu capital a mais desfavorável taxa de conversão (BOURDIEU, 1983, p. 90).

O autor refere-se a Pierre Cardin, estilista consagrado na alta costura que tentou adentrar outro campo, o da arte, e não conseguiu ser reconhecido em um espaço considerado “estruturalmente mais legítimo”. A análise científica da moda ou das histórias em quadrinhos, por exemplo, aplicação “herética” de um método legítimo, procura atrair prestígio a “objetos condenados pelos guardiões da ortodoxia que estão predispostos pela atenção que recebem nas fronteiras do campo intelectual e do campo artístico” (BOURDIEU, 1983, p. 37). O estudo de objetos considerados menos “dignos” faz com que o pesquisador realize um trabalho situado em uma fronteira: aplicar-se-á um método considerado legítimo para a análise de um objeto tido por ilegítimo. A análise dos uniformes escolares recorre aqui a estudos sobre a moda para identificar alguns significados e transformações presentes nos trajes, mas também à história da educação, para compreender a questão de uma prática escolar que apresenta continuidades e rupturas ao longo do tempo e como elemento integrante da cultura escolar. Em 2006, Silva apresentou um estudo dos uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista. Realizados em períodos mais recentes temos, dentre outros, o trabalho de Ribeiro, 2012, que investigou a questão dos uniformes em uma escola técnica catarinense e o de Beck, 2012, que analisou o tema em uma perspectiva de gênero e consumo referindo-se ao caso do Rio Grande do Sul.

Os uniformes escolares fazem parte de toda uma simbologia que permeia as instituições educativas e postula valores, normas e intenções que impregnam a relação pedagógica sem que, para isso, seja necessário o discurso verbal. Umberto Eco (1989) defende que o vestuário possui uma linguagem e um código próprios. Toma como exemplo o caso do uniforme militar que impede a identificação ideológica de cada um, estando todos dotados dos mesmos símbolos visando a identificar uma multidão que representa uma força maior, o exército. Este código pode ser articulado de forma a impedir que o portador da roupa se expresse através dela, como ocorre, por exemplo, no caso do traje dos militares que:

não deixa nenhuma invenção à fantasia do utente, nem mesmo a inclinação da boina, que pode ser abandonada à escolha individual em certos momentos de abrandamento da disciplina, mas nunca em momentos de restrição global do código, como nas paradas. Perante o traje militar, o traje civil parece aberto a um número mais amplo de variações individuais, desde a cor do tecido até a escolha da camisa ou à forma dos sapatos (op. cit., p. 16).

O autor analisa a questão do vestuário sob a ótica da semiologia, do significado que as roupas têm para as pessoas e para a sociedade na qual elas estão inseridas. As roupas são utilizadas para proteger os corpos do calor, do frio e para ocultar a nudez da opinião pública, porém, este significado é apenas uma parte da questão. Sapatos, gravatas, lenços e adereços em geral também possuem um significado integrando as formas de comunicação, tal como as roupas em geral. Uma mesma peça de roupa pode ter diversos significados, associados ao contexto cultural de seu uso. Eco explica este fato com o seguinte exemplo: “em Cittânia: tem mini-saia – é uma rapariga leviana. Em Milão: tem mini-saia – é uma

rapariga moderna. Em Paris: tem mini-saia – é uma rapariga. Em Hamburgo, no Eros: tem mini-saia – se calhar é um rapaz” (op. cit., p. 9). Para Eco, há casos em que o objeto perde muito a sua “funcionalidade física e adquire um valor comunicativo a tal ponto que se torna acima de tudo um sinal, e permanece objeto apenas em segunda instância. A moda é um destes casos” (op. cit., p. 15). Ele cita o exemplo da pele usada pelo homem primitivo com o propósito de se proteger do frio:

Tinha frio e se cobria, não há dúvida. Mas também não há dúvida que no espaço de poucos dias depois da invenção do primeiro traje de peles, se terá criado a distinção entre os bons caçadores, munidos das suas peles, conquistadas pelo preço de uma dura luta, e os outros, os inaptos, os sem-peles. E não precisa de muita imaginação para enxergar a circunstância social em que os caçadores terão envergado as peles, já não para proteger-se do frio, mas para afirmar que pertenciam à classe dominante (ECO, 1989, p. 15).

A linguagem do vestuário não permite apenas que sejam transmitidos certos símbolos, mas também que sejam identificadas por meio dela posições ideológicas, segundo os significados transmitidos e as formas que foram escolhidas para os transmitir. O uso do uniforme faz com que o sujeito se dilua num todo maior e, em nome disso, oculte a expressão, através das roupas, de sua identidade.

Os modos de vestir os alunos: uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista, legislação e prescrições

Aparentemente alheios às transformações impostas aos trajes comuns pelo desenvolvimento da moda, por um momento seria possível dizer que os uniformes escolares estariam mais relacionados à permanência do que à mudança. Porém, muitas vezes e até recentemente, observa-se que mudanças em cores e modelos nas escolas públicas podem coincidir com alternâncias no poder de diferentes partidos. Ao pensarmos nos usos dos uniformes nas escolas públicas e particulares atualmente podemos notar uma singularidade: mesmo quando são obrigatórios em ambos os casos, as formas de utilização dos mesmos são distintas, uma vez que nas escolas particulares não é raro que o uniforme seja composto de uma variedade de peças, modelos e tecidos que permite aos alunos fazer uso deste traje e ao mesmo tempo imprimir uma marca da sua própria individualidade, em diferentes condições econômicas, enquanto nas escolas públicas, os poucos modelos disponíveis deixam, de fato, os estudantes vestidos de uma mesma maneira, restringindo as diferenças aos detalhes, como os dos adereços nos cabelos, das meias, dos enfeites nos pulsos e dos sapatos. Cabe ressaltar ainda que os uniformes estão ligados à praticidade, uma vez que com um único tipo de roupa é possível que os alunos estejam vestidos todos os dias para ir à escola e, ligados também à tradição, pois carregam a insígnia da instituição à qual pertencem.

Durante o período analisado aqui, 1948-1971, o Brasil passava por intenso processo de urbanização e industrialização e simultaneamente a um processo de modernização dos costumes. A modernização expressava-se de maneiras múltiplas, dentre elas nos modos de vestir, nas cores, modelos e contornos das roupas, principalmente dos jovens. Nesse sentido, os uniformes escolares eram vistos como a imposição de uma “igualdade” construída pela instituição escolar. O momento é marcado pela expansão das oportunidades de educação pública. A escolha do ano de 1948 como marco inicial do presente estudo deve-se ao ano de início da “Campanha de Defesa da Escola Pública”. Trata-se um movimento cívico importante na história da escola pública brasileira e que culminou, em 1961, com a promulgação da **LDB nº 4.024**. Em 1948 foi iniciada a campanha, quando o então Ministro da Educação Clemente Mariani enviou à Câmara Federal o primeiro anteprojeto de uma lei de diretrizes e bases da educação nacional, conforme estava previsto na Constituição Federal de 1946. O anteprojeto havia sido elaborado por uma comissão de intelectuais prestigiados no campo educacional e teve como relator Almeida Júnior, então professor da Faculdade de Direito da USP. Durante a sua tramitação, numa primeira etapa, o anteprojeto foi discutido principalmente quanto ao seu propósito descentralizador na questão da organização dos sistemas estaduais de ensino (BARROS, 1960). Segundo Roque Spencer Maciel de Barros (1960), o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tomou a tese da “liberdade de ensino” no sentido de permitir a abertura indiscriminada de escolas pelos setores privados. Concebida desta forma, tal tese compreendia o abandono, pelo Estado, de sua função educadora e estava relacionada com a doutrina da livre-concorrência – com os princípios do liberalismo econômico. De acordo com o autor, no momento em que se concebeu essa noção de liberdade de ensino, em termos de livre concorrência e abstenção estatal, o seu alcance e a sua significação tornaram-se limitados e restritos e, pois, tentou-se submeter aos interesses privados a formação de cidadãos livres. Constata-se no país uma disputa entre os interesses confessionais e privados em educação e a visão republicana da escola democrática, laica e gratuita. Desta maneira surgiu a referida campanha, que envolveu estudantes, professores e sindicatos, sob a liderança, em São Paulo, da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Em 1971 é promulgada a **LDB nº 5.692** que instaura o 1º grau de 8 anos, definindo um novo período em relação ao estatuto profissional do professor primário. Do ponto de vista de sua organização interna, a nova legislação introduziu uma modificação importante: até os anos de 1970, o sistema compreendia quatro níveis básicos, que atendiam a diferentes faixas etárias, enquanto o ensino obrigatório restringia-se à escola primária de quatro anos. Com a **Lei nº 5.692/71**, a escola primária e o ginásio foram fundidos e passaram a se denominar ensino de 1º grau. O antigo colégio passou a se chamar ensino de 2º grau. O ensino obrigatório estendeu-se, assim, para oito anos, embora essa terminologia unificada não correspondesse a uma organização integrada das oito séries. As quatro primeiras séries continuaram a ser atendidas por um único professor, polivalente, do qual não era exigido o ensino superior, apenas formação para o magistério, em nível médio. As quatro séries finais do 1º grau e o 2º grau permaneceram divididas em disciplinas ministradas por diferentes professores e, nesse caso era exigida, ao menos formalmente, a educação superior (TANURI, 2000).

As cores azul, branco e cáqui⁴, predominantes nos uniformes escolares paulistas entre os anos de 1948 e 1971, faziam com que os estudantes carregassem no próprio corpo as cores nacionais atreladas ao caráter militar. Conforme consta na **Lei Orgânica do Ensino Secundário**, publicada em 1955, eram consideradas as cores nacionais o verde, o amarelo, o azul e o branco, que compõem a bandeira nacional emoldurando o lema positivista “ordem e progresso”. No período estudado os alunos paulistas não eram vestidos com as cores que faziam parte da bandeira do estado, vermelho, preto e branco, mas sim com as cores nacionais. Cores estas que vestiam também a polícia civil do estado (SILVA, 2006). No período de expansão da escola pública paulista, a instituição absorveu uma clientela escolar cuja origem social era bastante distinta da anterior, no que tange ao capital econômico e cultural. Nos anos de 1960, as crianças que chegaram à escola eram muito pobres. Acrescido a isso, o país passava por uma situação econômica que tornava o custo de vida cada vez mais alto, devido ao aumento diário da inflação.

De acordo com a **lei nº1.536** (28 de dezembro de 1951), que regulou o uso de uniformes, distintivos e livros didáticos nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado de São Paulo e nos de ensino primário mantidos por particulares, os uniformes eram escolhidos pela direção das escolas, “respeitadas as normas morais comuns e de acordo com o decoro didático e educacional”, como foi expresso na lei, que definiu ainda:

Artigo 4º – Uma vez adotados os livros didáticos, distintivos⁵, e uniformes em cada classe ou estabelecimento só poderão ser mudados após 4 (quatro) anos.

Parágrafo único – Em caso de necessidade do ensino, ou por motivo relevante, poderá o professor mudar os livros, e o diretor, os uniformes e distintivos, comunicando o fato à Secretaria da Educação e justificando-o.

Artigo 5º – Qualquer mudança comum dos livros didáticos, distintivos ou uniformes adotados, decorrido o prazo de 4 (quatro) anos ou dentro desse prazo, só pode ser feita no início do ano letivo.

Se é possível dizer que a moda está relacionada a inovações constantes e a rupturas, também é possível dizer que os uniformes escolares estão associados à tradição. No entanto, outros elementos, para além das novas tendências estéticas da estação, teriam um poder maior para influenciar a confecção dos trajes dos escolares. A ocasião da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, intensificou uma relação entre a escola e o exército: a disciplina escolar era comparada à disciplina militar, os professores aos soldados, a luta pela soberania nacional à luta pelo combate à ignorância (ROMANELLI, 2007). Se entendermos que as roupas podem informar aos outros acerca da moralidade e da distinção

⁴ Referências específicas a esta cor encontram-se mais adiante.

⁵ Trata-se de pequenas peças que constituíam emblemas referentes ao nome da escola e poderiam ser pregados no uniforme.

das pessoas, então perceberemos o quanto era importante cuidar da apresentação dos uniformes escolares, uma vez que serviam não apenas para demonstrar um cuidado com a apresentação de si, mas também para demonstrar respeito à instituição escolar e aos seus valores, dentro e fora dela.

Inés Dussel (2005), em estudo no qual compara os uniformes argentinos e norte-americanos nos séculos XIX e XX, sugere, a propósito das aparências no período republicano, que as mesmas deviam ser austeras em oposição ao luxo e à ostentação da vida cortesã, o que foi fundamental no momento de definir os uniformes militares e civis. A autora afirma ainda que:

en las repúblicas del siglo XX esta apariencia austera se combinaba con discursos victorianos sobre la moral y la virtud, y con esta nueva idea de la personalidad como base de la ciudadanía, como producto de un trabajo activo sobre el si mismo, ayudado por discursos científicos como la higiene y por saberes prácticos como el saber consumir o saber moverse en las ciudades (op. cit., p. 74).

No Brasil, o governo exigia a presença das crianças nas paradas e nos festejos públicos, combinando tradições militares com práticas escolares, educando o corpo e moralizando os estudantes. Eles eram levados a marchar, a imprimir o aspecto marcial e a carregar flâmulas como se fizessem parte de um exército. A obrigatoriedade de levar os alunos aos desfiles cívicos e exaltar os símbolos pátrios como as flâmulas, a bandeira e o hino nacional durante o Estado Novo evidenciava, no entendimento de seus articuladores, a necessidade de garantir a defesa da soberania nacional, fortalecendo a identidade do país, enfraquecida pelo processo de miscigenação que constituía a maior parte da população. As cores estampadas nos uniformes escolares também procuravam garantir esse propósito. No período posterior, a **Lei Orgânica do Ensino Secundário**, de 1955, definiu, no capítulo V, intitulado “Das cores nacionais”, o seguinte: “Artigo 30 – Consideram-se as cores nacionais o verde e o amarelo. Artigo 31 – Para ornamentação geral, nos casos que não seja permitido o uso da Bandeira Nacional, poderão ser empregadas, em galhardetes, em flâmulas, as cores nacionais, inclusive o azul e o branco” (op. cit., p. 49).

A partir do exame da legislação educacional vigente no período estudado foi possível perceber quais eram as normas regulamentares quanto aos modelos e as cores dos uniformes escolares. O **Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo** (Ato nº 21 da Direção Geral da Secretaria dos Negócios da Educação de 10 de março de 1949) definiu que era dever do aluno apresentar-se decentemente trajado e com asseio e usar, quando adotados, os uniformes para as aulas comuns e para as aulas de educação física e estabeleceu que os modelos adotados para a seção feminina consistiam em blusa branca e saia azul marinho, confeccionados em tecido segundo modelos escolhidos por uma comissão nomeada pelo diretor e da qual participavam representantes do corpo discente. Para a seção masculina dos cursos ginásiais, os uniformes deveriam consistir em camisa e bermuda ou calça confeccionados com brim cáqui, segundo modelo escolhido da mesma forma que o anterior. No ano

seguinte, 1950, o **Regimento Interno dos Ginásios e Colégios Estaduais** (Ato nº 10 da Direção Geral da Secretaria dos Negócios da Educação de 27 de janeiro de 1950) definiu que os uniformes adotados teriam em vista o clima, a economia e a distinção do traje escolar. As prescrições em relação às cores dos uniformes masculinos e femininos e à escolha dos modelos continuaram mantidas da mesma forma como foram apresentadas no documento citado anteriormente. No estado de São Paulo, o azul e o branco utilizados na confecção dos uniformes escolares femininos, fazendo parte das cores nacionais, reforçavam a identidade nacional, manifestada no interior do espaço escolar.

O cáqui utilizado nos uniformes nas escolas paulistas estaduais trazia ao traje o caráter “heróico-militar”. Vale observar que segundo Françoise Vincent-Ricard (1989), no período entre guerras, o estilista Marcel Boussac lançou o “tecido de avião”, pressentindo que chegara a vez do mercado de massas. Este era um tecido de linho, muito usado para revestir as armações de madeira dos aviões antigos entre 1908 e 1930. A esse respeito, a autora informou: “tipo de lona leve e plana, sem tingir, quase cáqui. Marcel Boussac comprou os excedentes de guerra para a confecção. Esse tecido e a sarja, antes usada, deram à moda masculina dos anos 20-30 o toque heróico-militar, além de serem roupas cômodas, adequadas ao esporte e ao lazer” (op. cit., p. 33).

A expressão da identidade nacional e o caráter heróico-militar estavam estampados nas roupas que os alunos vestiam nas escolas estaduais paulistas, seja no interior do espaço escolar, seja nas ruas, onde os uniformes também assumiam a função de controle sobre os alunos, pelo fato desses estarem sujeitos à autoridade do diretor e dos professores, onde quer que estivessem, quando uniformizados, como foi expresso no **Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo** (Decreto nº 39.334 de 10 de novembro de 1961). De acordo com esse documento, o uso dos uniformes escolares vinculava disciplinarmente, mesmo fora do estabelecimento, os alunos aos dispositivos regimentais da instituição. O documento informava que os uniformes adotados teriam em vista a economia, o clima e a distinção do traje escolar. Tais trajes eram definidos, em cada estabelecimento, por uma comissão nomeada pelo diretor e da qual faziam parte, preferencialmente: a professora de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, o Orientador Educacional, o Professor Inspetor e os representantes dos pais e dos alunos. A existência de uma comissão destinada a definir os modelos e as cores dos uniformes escolares já estava prevista no **Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo**, de 1949, ainda que não se especificassem quais seriam os membros que a comporiam. A alteração dos uniformes, quando necessária, somente poderia atingir novos alunos e deveria ser feita no começo do ano letivo. De acordo com o **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo** (Ato nº 11 da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação de 24 de fevereiro de 1956), o uso dos uniformes escolares também era obrigatório na ocasião da formatura do curso primário: “artigo 47 – Os alunos que concluírem o curso primário deverão comparecer às solenidades de entrega de certificados, trajando o uniforme do estabelecimento”.

Em exame realizado no *Jornal Nossa Esforço* (1936-1967), publicação do Instituto de Educação Caetano de Campos, foi possível verificar mediante as fotografias veiculadas

no periódico, que nos anos 50 era comum que meninos e meninas, no jardim de infância, fossem vestidos com um traje tipo marinheiro, fazendo uso das cores azul marinho e branco. A única diferença entre os trajes masculinos e femininos é que os primeiros apresentavam uma calça curta, enquanto os outros apresentavam uma saia abaixada dos joelhos. As alunas ainda poderiam trajar um vestido de gola arredondada numa cor clara, na altura dos joelhos, que teria manga curta ou comprida. As meninas não usavam cabelos compridos em sua maioria, mas sim curtos ou com um corte “chanel”, abaixo das orelhas. Era comum que usassem um laço de fita bem grande no alto da cabeça; o acessório deveria ter a mesma cor da roupa. No ensino primário, os meninos vestiam calças curtas ou bermudas num tom bege escuro ou cáqui, o tom era o mesmo do paletó, que podia ter mangas curtas ou compridas, assim como a camisa de botão, só que esta era branca e possuía um colarinho bem avantajado. As crianças poderiam usar gravata, mesmo as menores, e tal acessório poderia ter dois modelos (sempre num tom escuro, para se destacar no vestuário): ou eram compridas, como as dos adultos, ou eram do tipo laçarote. O suspensório também poderia fazer parte do traje infantil. De acordo com Philippe Ariès (1986), o gosto pelo traje tipo marinheiro surgiu quando os Estados Unidos definiram a vestimenta que as tropas da Marinha de Guerra haveria de usar: “a silhueta agradou, e os adultos passaram a vestir seus meninos com um traje inspirado no uniforme militar ou naval: assim se criou o pequeno marinheiro que persistiu do fim do século XVIII até os nossos dias”. (op. cit., 1986, p.80) Nos anos de 1960, os garotos passaram a usar bermudas ou calças, deixando aos poucos de vestir as calças curtas. O traje tipo marinheiro também ganhou calças compridas.

Dentre as escolas públicas paulistas é curioso observar que o uniforme dos alunos do Instituto de Educação “Caetano de Campos” destacava-se dos demais. No jardim da infância, por exemplo, o chapéu de palha também fazia parte do uniforme, como descreveu o ex-aluno Oduvaldo Viana Filho no **Jornal Nossa Esforço**, em 1946:

Recordo, com saudades, o tempo em que eu frequentava o Jardim da Infância. Eu me levantava bem cedo, pois gostava de chegar bem adiantado para dar tempo de brincar com os meus coleguinhas. As horas passavam depressa enquanto eu bordava um gato ou recortava figuras. D. Lavínia, uma professora boa, paciente e carinhosa, sabia fazer com que aquelas horas fossem, para nós, os alunos, um verdadeiro prazer. Eu gostava que me vissem com o uniforme do Jardim da Infância: a camisa de quadradinhos, calça azul e aquele chapéu de palha, de abas largas com uma fita onde estava escrito: ‘Jardim da Infância’ (nº3, Mai./1946, p. 4).

É importante ressaltar que o Instituto de Educação “Caetano de Campos” e o Colégio Estadual de São Paulo não estavam sujeitos às disposições apresentadas nos **Regimentos Internos dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo**, portanto, os modelos dos uniformes adotados eram distintos das demais escolas públicas. No entanto, esta observação quanto à exclusividade dos uniformes

escolares, que foi feita no **Decreto nº 38. 538** (29 de maio de 1961), foi retirada do mesmo regimento, que sofreu alterações com o **Decreto nº 39.334** (10 de novembro de 1961), citado anteriormente. Quanto à mudança dos modelos dos uniformes, havia uma comissão responsável por esta questão.

Produzido pelos alunos do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, o jornal evidencia alguns elementos que estavam relacionados à questão do uso dos uniformes em textos escritos pelos próprios estudantes ou por professores e autores da época. Em 1956, o **Nosso Esforço** publicou um artigo intitulado “Educação sanitária”, no qual a educadora sanitária Maria Elias abordou maneiras de manter cuidados higiênicos com a habitação e com o corpo. No que tange ao vestuário, ela aconselhava “*o uso de roupas adequadas*, de acordo com a temperatura, sempre muito limpas”. Com relação à professora, dizia que a mesma deveria

explicar que os ovos dos vermes, principalmente do amarelão, depositados em terreno úmido e quente, aí se desenvolvem, transformam-se em larvas e penetram no organismo humano através da pele – pés, mãos e até rosto. Daí, também, a *necessidade do uso de calçado. Não é luxo, é prevenção contra as verminoses*. Os ensinamentos ministrados às crianças serão transmitidos pelas mesmas aos pais. [...] O professor é sempre acatado por todos” (op. cit., p. 9 – grifos nossos).

Em 1958, a empresa Alpargatas lançaria o calçado Conga, chamando a atenção também para a necessidade do uso de calçados e enfatizando os aspectos higiênicos e econômicos do produto, conforme veremos mais adiante.

Os uniformes e as condições de acesso à escola

A tentativa de equalização das diferenças sócio-econômicas através do traje também é uma questão bastante relevante quando pensamos nas roupas dos escolares. No interior do espaço escolar, os uniformes tentavam regular a manifestação das diferenças individuais e a expressão da moda, mas muitas vezes também eram como a moda, inacessíveis do ponto de vista econômico. Sem os uniformes escolares, certamente, as diferenças sócio-econômicas ficam mais nítidas e a origem social fica mais evidente. Talvez por tentar impedir que as limitações do ambiente doméstico em que viviam as crianças que passaram a frequentar a escola pública ficassem explícitas através das roupas que usavam, a obrigatoriedade de uso dos uniformes tenha sido tão enfatizada na instituição, no seu período de expansão. Justamente tais diversidades insolúveis, do ponto de vista da ação da escola, evidenciam o limite frágil no interior do qual as idealizações pedagógicas ou os esforços de imposição de uma “democracia” na vida escolar mediante políticas e legislação, mostram-se inócuos. Pretende-se ressaltar aqui alguns dos descaminhos de determinadas práticas da vida escolar que, sem contribuir para a superação das questões sociais, contribuem, no entanto, para torná-las menos visíveis.

Ao tornar obrigatório o uso dos uniformes escolares nas instituições de ensino paulistas, o estado pretendia obrigar as famílias a levar as crianças para a escola trajadas de forma “decente”, e, ainda economizar, sendo que um único tipo de roupa visava conter os gastos com uma variedade de peças. Os uniformes como mecanismos disciplinares também eram uma maneira de identificar as crianças que estavam freqüentando a escola e exercer domínio sobre elas, sendo que, onde quer que se encontrassem, vestindo o traje escolar, as crianças estavam obrigadas a obedecer as regras e as autoridades escolares.

Alcides Siqueira, em artigo publicado na **RBEP** em 1950, intitulado “A origem do Colégio Pedro II” apresentou uma análise sobre o Colégio desde o século XVIII e demonstrou também preocupação com as roupas dos alunos e as condições de acesso à escola. O autor chamou a atenção para o fato das famílias precisarem comprar os uniformes para que as crianças frequentassem as escolas nos anos de 1950, e valorizou o Colégio dos Órfãos (que mais tarde daria origem ao Pedro II) porque, naquela época, a população mais pobre que frequentava a instituição não precisava comprar uniformes e nem livros:

A sua ginástica era feita a pés descalços, com os pequeninos troncos nus expostos ao calor do sol dos trópicos. Hoje, se praticam todas as espécies de ginástica em nossos colégios, ampliando-se a educação física aos alunos com o conhecimento dos jogos desportivos que não existiam naquela época, mas, em compensação, todo o material esportivo, como uniforme, "keed's" especiais, blusões de lã ou jaquetas de seda, calções ajustados ou largas calças brancas de uniforme, custam verdadeiras fortunas aos pais que tem filhos ... Como eram bons os tempos de D. João VI [...] (nº 39, Mai./Ago. 1950, p. 186 - 187).

Se os professores deviam esforçar-se para ser um bom exemplo estético para os alunos, como atestavam os manuais pedagógicos, os pais precisavam se preocupar em custear os uniformes escolares, considerando que esta era uma condição para a criança freqüentar a escola, principalmente nas cidades, de acordo com a legislação consultada. Quanto mais pobre e mais simples era a região e a escola, menos alunos tinham condições financeiras de adquirir tal vestuário. Na pesquisa foi possível perceber que quanto mais urbano era o lugar e mais imponente era o edifício escolar, maior era o rigor quanto ao uso dos uniformes. A roupa dos escolares ajudava a formar uma boa imagem das escolas pela sociedade. O artigo de João Luderitz, intitulado “Passado e presente do ensino industrial”, publicado na **RBEP** em 1945, reforçou essa idéia ao afirmar que o governo destinou uma verba para custear as roupas de trabalho e os uniformes dos alunos pobres para os dias festivos, ocasião em que as escolas e o corpo discente tinham maior visibilidade. Se os alunos pobres não poderiam usar uniformes diariamente, o estado, então, os forneceria ao menos para uso nos dias festivos, ocasião em que a escola e o corpo discente recebiam uma maior atenção, tornando-se mais visíveis socialmente.

No estado de São Paulo, o decreto 13.542, de 9 de setembro de 1943, transformou os Ginásios do Estado em Colégios. A partir de 1945, o Poder Público tendeu a responder às demandas de escolaridade após o curso elementar, criando uma rede de estabelecimentos secundários onde passaram a funcionar os cursos ginásiais. Foi também neste período que teve início o processo de expansão das possibilidades de acesso à escola secundária pública. Em 1947, a iniciativa oficial compreendia 6,2% do total de matrículas

escolares, em 1960, esta porcentagem já atingia 40,9% do total e, em 1970, a iniciativa oficial superou a particular com 75,4% das matrículas. Segundo Celso de Rui Beisiegel (1974), a propósito da democratização do acesso à escola pública, nos anos de 1970:

a expansão das oportunidades já alcança também aqueles contingentes populacionais não absorvidos pela escola no passado, quando a oferta de vagas nos diversos níveis de ensino ainda não se estendia a todos os setores da coletividade. Somados aos cursos comuns do ensino de nível primário e médio, o denominado curso supletivo de nível primário e os cursos de preparação para os exames de madureza, de 1º e 2º ciclos, criaram condições institucionais de atendimento escolar de toda a população do Estado (op. cit., p. 2).

O governo estadual, a União, a iniciativa particular e os municípios promoveram, neste período, em São Paulo, o desenvolvimento de um sistema de ensino institucionalmente habilitado a fornecer serviços de educação às mais variadas modalidades de procura. A educação passou a significar uma exigência para um bom desempenho do trabalhador. O antigo sistema de ensino, organizado para atender a minorias privilegiadas, passou a ser substituído por outro, mais acessível à maior parte da população. Tal mudança comportou a expansão do número de vagas nas escolas e a formação de um modelo único de escola, que tinha por objetivo o fim da seguinte dualidade: ensino profissionalizante para uma grande parcela da população e escola secundária destinada a preparar uma elite privilegiada para o ensino superior.

Anísio Teixeira, ao escrever o artigo “Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras”, publicado na **RBEP**, em 1962, enfatizava discurso que condenava as exigências materiais que eram feitas pela escola como fator de impedimento ao acesso à mesma pela população mais pobre do país. A propósito dessa questão, o autor afirmou:

Não era só a roupa e o sapato, que afastavam o povo da escola, mas o próprio tipo de educação que ministrávamos e de que ‘não podia’ aproveitar-se, em virtude da penúria do seu ambiente cultural doméstico. O ‘padrão europeu’, cuidadosamente mantido, servia assim para limitar a participação popular à própria escola popular. A escola primária e a escola normal prosperavam, mas como escolas de classe média, a escola acadêmica e o ensino superior ficavam ainda mais restritos, destinando-se predominantemente a grupos de classe superior alta. Abaixo dessas classes, média e superior, dormitava, esquecido, o povo (nº 86, Abr./Jun., 1962, p. 68).

O discurso que aclamava a prática do uso dos uniformes escolares enquanto motivo de economia e daí também a sua obrigatoriedade para os alunos, não parecia real. A obrigatoriedade do uso deste traje consistia num empecilho para o acesso das crianças à escola, impedindo inclusive as crianças que não podiam comprar os uniformes de frequentá-la. Assim, somente os alunos da classe média, que tinham condições de custear as roupas e os sapatos exigidos, estudavam. Por mais que houvesse as Caixas Escolares, instituições que auxiliavam a escola e eram destinadas a oferecer material escolar, roupas e

sapatos àqueles que não tivessem condições de comprá-los, seus recursos eram insuficientes para amparar todos os necessitados e havia uma seleção para amparar alguns daqueles muitos que necessitavam de auxílio material. Estas instituições, assim como as Fundações Educacionais, possuíam algumas particularidades como é possível observar através da documentação localizada durante o presente estudo. A **Portaria de nº 30** (27 de janeiro de 1960), de 1960, aprovou as instruções para a Comissão de Assistência às Fundações Educacionais, que consistia num órgão destinado a coordenar e a encaminhar as providências necessárias para que os poderes públicos cooperassem com a iniciativa privada, na criação e manutenção de fundações dedicadas às questões educativas. Em seu artigo 24, determinava: “Ao aluno necessitado poderá ainda, a Fundação, mediante convênio firmado por intermédio da Comissão de assistência às Fundações Educacionais, conceder vestuário ou uniforme, material didático, calçado e alimentação ou internação, no todo ou em parte, a título de ajuda de custo”.

Em 1960, foram publicadas na **RBEP** as emendas da “1ª Convenção em defesa da escola pública ao projeto de diretrizes e bases”. Nelas, ficou explícita a preocupação com relação à gratuidade do ensino primário oficial e extensiva aos níveis posteriores mediante:

- a) redução progressiva, até final extinção, das taxas e emolumentos das escolas oficiais;
- b) assistência aos alunos que dela necessitarem, sob forma de fornecimento gratuito, ou a preço reduzido, de material escolar, vestuário, alimentação e serviços médicos e dentários;
- c) concessão de bolsas para estimular os estudos especializados de interesse geral, ou assegurar a continuação dos estudos a pessoas de capacidade superior, em instituições públicas;
- d) pela gratuidade do ensino oficial ulterior ao primário, para quantos, revelando-se aptos, provarem falta ou insuficiência de recursos (nº79, Jul./Set. 1960, p. 88).

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 1961, garantiu que a educação é um direito de todos sob a observância de garantias como o fornecimento de alimentação, material escolar e vestuário para aqueles que provarem falta ou insuficiência de recursos. Não se incluiria nas bolsas de estudo o auxílio que o Poder Público viesse a conceder a alunos sob a forma de alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médica ou dentária, o qual seria regulado em normas especiais. Ainda em 1961, Maria Elza Arruda publicou o artigo “Educação primária” na **RBEP** evidenciando que crianças faltavam à escola pela ausência de vestuário. A autora escreveu que havia um crescente “entusiasmo” pela educação enquanto fator de impulso ao progresso e ainda lembrou a máxima, segundo a qual, abrir uma escola significa fechar uma prisão. Os novos governos tinham sido sensíveis à questão de ampliar a distribuição do ensino e a lutar contra o analfabetismo. Arruda faz uma crítica à forma como o professor é visto pelo meio social devido à sua baixa remuneração. Para ela, a instituição escolar é beneficiada quando pode contar com profissionais que trabalham na região onde nasceram porque proporciona uma maior interação entre a escola e a família. As dificuldades materiais enfrentadas pela população mais pobre para manter seus filhos na escola também é assinalada pela autora:

Pais de família, por sua vez incultos, não logram despertar na prole este elã pelo estudo, esta idéia de uma ‘escola para a vida’, como preparação do homem para enfrentar a realidade maior que o espera. E em muitos casos, elemento negativo da mais alta repercussão, o pauperismo generalizado no Interior, crianças subnutridas, doentes, faltando à escola pela fome, pela falta de vestuário e, desta sorte, prejudicando e anulando o esforço dos mestres [...] (nº 83, Jul./Set. 1961, p. 263).

O **Código de Educação do Estado de São Paulo (Lei nº 10.125 – de 4 de junho de 1968)**, instituiu, no artigo 8º, que “o Poder Público promoverá e estimulará a assistência escolar, com vistas ao fornecimento gratuito de alimentação, cuidados higiênicos, médicos e odontológicos, transporte, material escolar e vestuário, a educandos carentes de recursos”. (op. cit., p. 286) Apesar da legislação defender o direito de todos à educação gratuita, fato que caracteriza a década de 1960 como período de expansão da escola pública, a gratuidade do ensino simplesmente não parecia ser suficiente, era preciso oferecer as condições de acesso: roupas, material escolar, alimentação, transporte. Não bastava garantir a vaga, era preciso garantir os meios para se chegar à instituição escolar. José Carlos de Araújo Melchior apresentou esta questão no artigo “Financiamento da Educação no Estado de São Paulo”, publicado na **RBEPE** em 1968. Os legisladores assumiram a responsabilidade de financiar gratuitamente todos os graus de ensino no Estado de São Paulo, conforme o que expressa o parágrafo 2º: “o ensino oficial será gratuito em todos os graus”. Contudo, a simples gratuidade para os estudantes mais necessitados seria insuficiente, pois a educação de um aluno requeria mais dinheiro que a simples mensalidade de uma escola, dinheiro para alimentação, condução, roupas e livros. Por outro lado, gratuidade oficial era colocada em termos de quantidade, isto é, oferecer escolas a todos: “A possível redistribuição das rendas dos mais favorecidos para uma melhoria qualitativa do ensino e para os menos favorecidos, pelo menos temporariamente, foi anulada no Estado de São Paulo.” (nº 110, Abr./Jun. 1968, p. 323)

Dulce Kanitz Viana, no artigo “Funções sociais do diretor de escola primária”, publicado na **RBEPE** em 1953, indicou a preocupação com as condições de acesso das crianças mais pobres à educação pública. Ela enfatizou a necessidade da escola primária prestar assistência social aos alunos e à comunidade a qual pertence. Ela citou, como instituições muito importantes no auxílio às crianças mais pobres que freqüentam a escola, a Caixa Escolar, a Associação de Pais e Mestres e a Merenda Escolar ou Cantina Escolar. As associações destinavam-se a amparar as crianças que mais necessitam de recursos, dando-lhes auxílios materiais tais como: alimentação, material escolar e vestuário. O diretor deveria conhecer a comunidade onde a escola estivesse inserida para saber quais eram seus anseios e necessidades, e tentar supri-los. A seguinte afirmação é bastante pertinente em relação à necessidade da escola prestar assistência aos mais necessitados, segundo a autora sabe-se que:

uma criança maltrapilha, cujo corpinho se ache exposto a ação das intempéries, se torna bisonha, acanhada. Existe portanto íntima relação entre o estado físico do aluno e a sua maneira de reagir em face das atividades escolares.

Serão portanto objetivo da Caixa Escolar : a) distribuir uniformes, isto é, roupas, calçados, e objetos indispensáveis ao uso pessoal dos escolares, aos alunos comprovadamente pobres; b) fornecer uma

assistência alimentar, sob a forma de sopa, copo de leite, pão, frutas, em suma de uma merenda qualquer dos alunos necessitados; c) adquirir e distribuir livros didáticos e material escolar entre os alunos pobres do estabelecimento; d) prestar assistência médica e dentária, sob a orientação de autoridades sanitárias distribuir os medicamentos, mas em uso, conjugando esforços de instituições que venham auxiliar a Caixa; e) auxiliar desde que o orçamento permita, as instituições extra curriculares para que estas se desenvolvam e dela participem todos os alunos" (nº 49, Jan./Mar. 1953, p. 120-121).

A questão das condições de acesso à escola pelos alunos pobres também foi evidenciada nos manuais pedagógicos. Em 1962, no livro **Curso de Psicologia e Pedagogia: Manual do Professor Primário**, Teobaldo Miranda Santos apresentou o seguinte:

Capítulo VI – As instituições auxiliares do ensino

6 – Cooperativa escolar

Cap. III – Do objeto da sociedade e suas operações

Artigo 11 – No cumprimento do seu programa de ação, a Cooperativa se obriga a:

a) fornecer aos associados livros, cadernos, material escolar, peças de uniforme e calçados, pelos menores preços possíveis e de boa qualidade .

Parágrafo 2º - Aos associados, alunos de fracos recursos financeiros, será permitido o pagamento em serviços prestados à Cooperativa, não devendo esses serviços prejudicar o estudo dos alunos. (p. 251)

Caixa Escolar

Art. 1º - Em cada circunscrição do ensino elementar da Prefeitura da Guanabara haverá uma Caixa Escolar Geral e em cada escola uma Caixa Escolar destinada a amparar os alunos pobres quanto à alimentação. (p. 278)

Parágrafo 1º - Provista a finalidade principal, as Caixas Escolares poderão atender ao vestuário, calçado, assistência médica e dentária.

Art. 18 – Da receita bruta trimestral da Caixa Escolar poder-se-á destinar até 30% para vestuário, calçado, assistência médica e dentária.

(op. cit., p. 280)

As Caixas Escolares visavam fornecer auxílio material àqueles que mais necessitassem, contudo o auxílio nem sempre era prestado gratuitamente visto que também poderia ser fornecido "material a preço reduzido". Aqueles que não pudessem pagar em dinheiro pelo que recebessem pagariam com trabalho. Contudo, a associação vivia de doações dos próprios alunos, considerados "menos necessitados", e só poderia destinar 30% da renda bruta para o financiamento de vestuário, calçado, assistência médica e

dentária. De acordo com as particularidades das Caixas Escolares e das limitações de seus recursos, acredita-se que elas conseguiam atender a poucos alunos, reforçando a ideia difundida por muitos autores que tiveram seus artigos publicados nas revistas pedagógicas, no período de expansão das oportunidades de educação pública, que apenas o oferecimento de vagas nas escolas não significava democratizar a educação e que as instituições auxiliares da escola também não eram suficientes para solucionar tal questão.

“Criança Calçada, Criança Sadia!”⁶ A campanha pela uniformização dos sapatos dos alunos

A campanha intitulada “Criança Calçada, Criança Sadia!” lançada em 1958 pela São Paulo Alpargatas S. A. na **Revista do Professor** (1934-1965), publicação do Centro do Professorado Paulista, teve o objetivo de difundir o uso de calçados entre os estudantes. Em todo o traje escolar, a peça que custava mais caro era o sapato, desde os anos 1930. Os sapatos eram algo muito raro, a população rural nem estava habituada a usá-los, poucos lugares o fabricavam no Brasil. Nesse sentido, vale lembrar a recomendações veiculadas no “Almanaque do Biotônico Fontoura”, publicado entre as décadas de 1920 e 1980, criado por Monteiro Lobato, no qual eram narradas as histórias do personagem Jeca Tatu, e que versavam também sobre a necessidade do uso de calçados.

Com o passar dos anos, o calçado começou a ser produzido no país e difundido entre a população em geral. A partir de um discurso baseado na economia e na saúde, a campanha visava universalizar o uso de sapatos nas escolas do estado de São Paulo, criando calçados feitos de lona e material sintético, bem mais baratos do que os de couro. Estes calçados com a marca Alpargatas, foram: Conga, Sete-Vidas e Conga Esporte. No exemplar da **Revista do Professor** de nº 41, de 1958, há um artigo assinado por Luiz Gonzaga Horta Lisboa, que traz o desenho de um garoto uniformizado e, aparentemente, usando o calçado “Sete-Vidas”, com uma expressão bastante feliz, ao lado do seguinte título: “*Criança Calçada, Criança Sadia!*”. Neste texto, foi selecionado o seguinte excerto:

Há alguns meses a atenção dos educadores foi despertada por uma campanha da São Paulo Alpargatas S. A., que tem como tema a frase ‘Criança Calçada, Criança Sadia!’. A conhecida firma, que visa com essa campanha difundir o uso de calçados, principalmente entre as populações rurais e suburbanas, tem prestado relevante serviço para a melhora do padrão de vida do nosso povo. Com esse intuito, foram distribuídos aos nossos estabelecimentos de ensino cerca de 20.000 cartazes e 500.000 folhetos explicativos. Um filme sobre o mesmo tema foi exibido em 200 cidades do Interior. A fim de termos contato com essa indústria que procura, além de dar razão aos seus produtos, cooperar com as autoridades no sentido de elevar o padrão de vida da população brasileira, estivemos em visita à fábrica da São Paulo Alpargatas S.A. situada a Rua Almeida Lima, 1.130, nesta capital. [...] Naquele templo de

⁶ Conforme assinalado anteriormente, o título da campanha da Alpargatas também foi utilizado para dar nome ao estudo que realizamos no âmbito do mestrado.

trabalho há, pairando sobre tudo, um espírito idealístico, que pretende não só produzir, mas, também, fazer algo de útil à nossa sociedade (**RP**, nº 41, Set./ 1958, ano XVI, p. 17).

O artigo relatou ainda o princípio mercantil que norteava a empresa: “fabricação em massa de produtos populares e de boa qualidade a preços acessíveis”. Fundada em São Paulo em 1907, a empresa fabricava lona para cobrir cargas de caminhão e colheitas agrícolas, eram os “Encerados Locomotiva”, e o tecido “Brim Coringa”, destinado à fabricação de uniformes profissionais. Quando lançou a campanha “Criança Calçada, Criança Sadia!” e começou a produzir o calçado “Sete-vidas”, em 1958, a fábrica empregava 4.000 funcionários e consumia por volta de 14.000.000 de quilos de “algodão em rama e outras fibras” por ano. Seus produtos eram distribuídos em todo o país por cerca de 40.000 revendedores.

“Sete-vidas” foi o primeiro calçado produzido pela Alpargatas. No ano de 1959 foi localizada a primeira propaganda do produto na **Revista do Professor**, que, ao todo, foi veiculada cinco vezes no periódico entre os anos de 1959 e 1960. O sapato não possuía cadarço, era fabricado em um sistema de moldagem e possuía sola de borracha, tinha o aspecto de uma sapatilha ou mesmo das chamadas “alpercatas”, aquelas citadas por Tarcizio Quirino, no artigo “Educação e Profissionalização na Área Rural do Nordeste”, publicado na **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** em 1970, como os calçados que aqueles que ascendiam socialmente recusavam-se a usar. “Sete-Vidas” era divulgado como a solução para o “problema do calçado escolar”. Seu logotipo apresentava um gato entre as palavras “Sete” e “Vidas”. A propaganda trazia a ilustração de um pé calçado e um desenho de uma escola ao fundo, com duas crianças uniformizadas à frente. A ilustração acompanhava o seguinte texto:

Os tempos não andam fáceis e o professor comprehende o problema da criança que não pode ir à escola. Experimente recomendar Sete-Vidas, um calçado confortável, apresentável, e, principalmente, muito econômico, porque é extremamente durável. Sete-Vidas é fabricado por um sistema especial, moldado numa só operação, o que lhe assegura extraordinária durabilidade. Sete-Vidas é vendido a um preço que o coloca ao alcance de todas as bolsas. Prático, econômico, confortável (**RP**, nº 46, Jul./ 1959, ano XVII, p. 2).

No ano de 1960, no exemplar de nº 57, o seguinte texto acompanha o anúncio:

Permite uniformização a preço melhor! Em paradas, ou uso diário, Sete-Vidas uniformiza os pés da classe, sem que isso represente despesa maior! Ótimo para uso diário! Ideal para longas caminhadas, festas, excursões à praia, ao campo, ou visitas de estudo! (**RP**, nº 57, Ago./Set. 1960, ano XVIII, contra-capa).

Em 1959, a propaganda do tênis “Conga” começa a ser veiculada no periódico. Entre os anos de 1959 e 1960, o anúncio foi veiculado 3 vezes na revista. O “Conga” era um tênis feito de lona, com cadarço, sola inteiriça, sem cola e “vulcanizada” no próprio tecido. Ele era vendido nas cores branco, azul e “havana”, um tipo de bege escuro. A

ilustração traz o desenho do tênis à frente e ao fundo três quadros: no primeiro há dois garotos jogando tênis, no segundo há uma menina e quatro meninos desfilando e no terceiro há um casal de estudantes, uniformizados e segurando livros. As três imagens evidenciam a versatilidade do calçado, que poderia ser utilizado em várias ocasiões. O texto do anúncio evidenciava as vantagens do produto: que possuía “uma sola resistente e que não descola”. Revelava ainda que os tênis tradicionais vinham sendo, pouco a pouco, utilizados pelos alunos não só para praticar esportes e participar de desfiles, como também para ir à escola. Mas havia um problema: “A sola fraca, a armação insegura, tudo contribuía para que em poucos dias o sapato perdesse a forma – se desmanchasse nos pés das crianças” (RP, nº 48, Out./Nov. 1959, p. 43). A solução para o problema da má qualidade dos tênis seria o “Conga”, cujo *slogan* era “a sola que não descola”.

Tênis Conga, que acaba de ser lançado, é a solução. Sua sola inteiriça, sem cola, vulcanizada no próprio tecido, conserva a forma e tem enorme durabilidade. E custa tão pouco...E o professor vai gostar de ver seus alunos bem uniformizados – motivo de orgulho para sua escola (op. cit., p. 43).

No ano de 1960, foi lançado o terceiro calçado da marca Alpargatas, o “Conga Esporte”, com o *slogan* publicitário “o novo calçado feito para durar”. Seu anúncio foi veiculado 5 vezes na Revista do Professor entre os anos de 1960 e 1961. Produzido da mesma forma e apresentando o mesmo formato que o “Conga”, o “Conga Esporte” pretendia ser mais resistente porque era confeccionado com lona dupla e biqueira “reforçada”. A imagem desta propaganda apresenta um par do tênis, sendo que um calçado mostra a sua parte superior e a outra o seu solado. O par do tênis está entre a figura de um globo que possui olhos e boca, e sorri, e aparentemente uma caneta mergulhada em um tinteiro. O texto que acompanha a imagem evidencia as vantagens do produto:

Confortável, elegante e super-resistente, Conga Esporte é calçado toda a vida! Dura mesmo muito mais...e seu preço é bem menor do que qualquer outro!

Nenhum outro calçado oferece tantas vantagens!

Conga Esporte tem sola que não descola...é moldado numa só peça – para durar muito mais!

Conga Esporte é realmente confortável. Não machuca nem cansa os pés!

Conga Esporte é ultra-resistente! Feito inteiramente de lona dupla. Biqueira reforçada.

Ótimo para uso diário: ótimo para fazer ginástica.

Evita que os pais dos alunos tenham que comprar um sapato e um tênis, nestes dias de vida cara. (RP, Out./1960), p. 44)

As propagandas encontradas na **Revista do Professor** realçavam as vantagens principais dos calçados da Alpargatas: durabilidade, conforto e praticidade, sendo que, com um único tipo de calçado, as crianças poderiam ir à escola, praticar exercícios físicos e participar de desfiles. O período de lançamento da referida campanha coincide com a expansão do ensino público paulista. A fábrica São Paulo Alpargatas S. A., reverenciada

como um “templo de trabalho [...] que pretende não só produzir, mas, também, fazer algo de útil à nossa sociedade”. (**RP**, nº 41, Set./ 1958, ano XVI, p. 17) produzia, além de calçados, tecidos, que também eram usados para a fabricação de uniformes, entre eles o “jeans” “USTop”, lançado nos anos de 1970.

O empenho em difundir a campanha nas escolas paulistas, não significava apenas fazer um “*bem à sociedade*” mas conquistar mercado e expandir negócios. A campanha de fato foi um sucesso e as famílias conseguiam pagar pelos calçados, o que se evidenciou pela popularidade que alcançaram, principalmente o tênis “Conga”. Além de reunir as referidas qualidades materiais, segundo as propagandas ainda custava pouco dinheiro e “durava muito tempo”. A estratégia de marketing de que fez uso a São Paulo Alpargatas S. A. também foi decisiva: utilizar uma revista destinada aos professores. Ao informá-los sobre as qualidades do produto e evidenciar a satisfação que seria para o professor ver todos os seus alunos uniformizados, e calçados, a campanha conseguia um forte defensor que trataria de reproduzi-la no interior da escola. O tênis “Conga” existe até os dias de hoje, passados mais de 50 anos de seu lançamento.

Assim, o que se evidencia nos modos de propor, recomendar ou exigir o uso dos uniformes escolares? Como se pretendeu mostrar, o intuito oficial de promoção da igualdade ganhou a dianteira entre as razões da prática das roupas iguais para todos. Mas de que igualdade se fala? Certamente, da que tem inspirado desde os seus primórdios a concretização da escola para todos, desde o século XIX. O lugar periférico das roupas sobre os corpos tem correspondência com seu poder menor na atenuação das desigualdades sociais que, na vida escolar permanecem intocadas ou até mesmo agravadas por outras dimensões como a das relações entre professores e alunos, em muitos casos. Mas, trata-se de mais do que isso, se pensamos também nas lutas permanentes de ideais pedagógicos que propugnam ora por homogeneização ora por diferenciação, em sentidos variados, como podiam demonstrar muitas das proposições ensinadas aos futuros professores em antigos manuais de psicologia (LIMA; CATANI, 2015). De qual homogeneização se fala, de qual diferenciação se fala? Diz-se, repetidas vezes que em nome do atendimento às diferenças individuais é preciso homogeneizar os grupos de ensino-aprendizagem.

A fragilidade das nossas certezas sobre a organização da vida escolar e a justiça das diretrizes que devem orientá-la aflora no cumprimento da lei tanto quanto na realidade das práticas pedagógicas. As fantasias da igualdade social não adentram as mentes e nem permeiam as relações a não ser como a esperançosa utopia que se inscreve nas crenças dos que vão à escola, dependem da escola ou viverão melhor por causa da escola. A fantasia pode assim ser fértil. Mas, o que dizer do longo e doloroso aprendizado das injustas diferenças sociais que se inicia cedo na vida de todos e que tem lugar privilegiado no confronto cotidiano das classes escolares? As roupas podem pouco. E a questão dos uniformes escolares ilustra, em diferentes momentos e com argumentos também variados, o estreito caminho no qual se tenta promover alguma igualdade na vida escolar.

Referências

- ARIÈS, Philippe **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARROS, Roque Spencer Maciel. (org.) **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** São Paulo: Pioneira, 1960.

- BECK, Dinah Quesada. **Com que roupa eu vou? Embelezamento e consumo na composição dos uniformes escolares infantis.** 2012. 280 f. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar.** Rio de Janeiro, 1955.
- CAZARRÉ, Lourenço “Volta às aulas” In: FALCÃO, Adriana (org.) **Histórias dos tempos de escola** São Paulo: Nova Alexandrina, 2002, p. 57 – 64.
- COLLUCCI, C.; MENA, F. “Repetência e evasão caem na gestão Marta” *Folha de S. Paulo*, caderno Cotidiano, 8/2/2004.
- DUSSEL, I. “Cuando las apariencias no engañan: uma historia comparada de los uniformes escolares en Argentina y Estados Unidos (siglos XIX-XX)” **Pro-Posições**, v. 16, n. 1 (46) – jan./abr. 2005, p. 65-86.
- ECO, Umberto “O hábito fala pelo monge”. In.: ECO, Umberto (Org.) **Psicologia do vestir.** São Paulo: Assírio e Alvim: 1989, p. 7-20.
- HARNIK, S.; TAKAHASHI, F. “Decreto de Serra deixa às escolas escolha de modelo e cor de uniforme” *Folha de S. Paulo*, caderno Cotidiano, 19/7/2005.
- LIMA, Ana Laura Godinho; CATANI, Denice Barbara. “Que tipo de aluno é esse?”: psicologia, pedagogia e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, p. 571-593, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206202>
- REGO, Costa. “As paradas escolares”, **Revista de Educação**, São Paulo, v. XIX-XX, set-dez, 1937.
- Ribeiro, Ivanir. **Sem uniforme não entra: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1962-1983).** 2012. 175 f. Mestrado em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.
- ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 2007.
- SANTOS, Teobaldo Miranda **A Escola Primária: organização e administração.** 4^aed., Rio de Janeiro: A Noite, 1943.
- SÃO PAULO. Ato nº 10 da Direção Geral da Secretaria dos Negócios da Educação, 27 de janeiro de 1950, dispõe sobre o **Regimento Interno dos Ginásios e Colégios Estaduais.**
- SÃO PAULO. Ato nº 11 da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, 24 de fevereiro de 1956, dispõe sobre o **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo.**
- SÃO PAULO. Ato nº 21 da Direção Geral da Secretaria dos Negócios da Educação, 10 de março de 1949, dispõe sobre o **Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado.**
- SÃO PAULO. Decreto nº 38.538, de 9 de maio de 1961, aprova o **Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo.**
- SÃO PAULO. Decreto nº 39.334, de 10 de novembro de 1961, dispõe sobre o **Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo.**

SÃO PAULO. Lei nº1.536, de 28 de dezembro de 1951, que **Regula o uso de uniformes, distintivos e livros didáticos nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado e nos de ensino primário mantidos por particulares.**

SILVA, Bayeux da. “A festa das árvores”, **Revista de Educação**, São Paulo, v. VII, set, 1934.

SILVA, Katiene Nogueira da. **Do controle das paixões à maestria de si:** um estudo acerca das práticas e das representações de moralização na escola pública paulista (1948-1978). 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Katiene Nogueira da. **“Criança Calçada, Criança Sadia!”:** Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. 312 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Gilda de Mello **O espírito das roupas: A moda no século dezenove.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TANURI, Leonor Maria. “História da formação de professores” **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, mai./ago. 2000, p. 61 – 88.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. “Jardim da Infância”. **Jornal Nossa Esforço**. Número dedicado ao cinquentenário do Jardim da Infância de São Paulo. Maio/1946, p. 4.

VINCENT-RICARD, Françoise. **As espirais da moda.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.